

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

Aos 18 dias do mês de abril do ano de 2017, às 8h, reuniu-se ordinariamente, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Fortaleza, localizada na Rua Doutor Thompson Bulcão, 830, Bairro Patriolino Ribeiro, nesta Capital, a Comissão de Saúde - Seguridade Social e Família. Registradas as presenças dos vereadores Dr. Porto, presidente da comissão; Iraguassú Filho; Gardel Rolim e Ziêr Ferrer. Estiveram presentes, além dos vereadores, os representantes do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH), o diretor presidente Dr. Flávio Deulefeu e o diretor de gestão e atendimento, Leonardo Costa. Havendo quórum, Dr. Porto agradeceu a presença dos convidados e explicou que foi uma sugestão da Comissão, nas reuniões anteriores, de convidar um membro do Instituto para apresentar os trabalhos no Sistema Municipal de Saúde de Fortaleza. Dr. Flávio se apresentou, agradeceu o convite dos vereadores da Comissão e se prontificou de voltar todas as vezes que for convidado. Em seguida, foi iniciada a apresentação com um vídeo do Instituto, no qual explicou que o ISGH é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que atua no segmento de gestão em saúde. Foi a primeira instituição no Estado do Ceará a ser qualificada como Organização Social de Saúde (OSS). O ISGH administra o Hospital Dr. Waldemar Alcântara, o Hospital Regional do Cariri (HRC), o Hospital Regional Norte (HRN) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAS 24h). O Instituto qualifica também a Prefeitura de Fortaleza, dando suporte operacional as atividades dos Postos de Saúde, dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as UPAS 24h. Logo depois, foi apresentado o contexto de saúde que vive o Brasil. De acordo com a apresentação, o Brasil gasta uma porcentagem relativamente baixa do seu orçamento público em saúde, e a porcentagem do PIB de 2004 a 2013 não cresceu, teve pouca variação e, ainda hoje, continua com esse cenário. O presidente apresentou ainda os indicadores econômicos e de despesas em saúde municipais, estudo feito pela Comissão Técnica de Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o Brasil é o único país do mundo que em saúde universal gasta menos do público e mais do privado. O estudo da Organização Mundial de Saúde mostrou que o gasto público do Brasil com saúde é inferior à média mundial, portanto é baixo para se considerar que o sistema ofereça efetivamente cobertura universal e atendimento integral. Dr. Flávio falou, em seguida, sobre o conceito de Organização Social de Saúde (OSS), que é a qualificação dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social.

GABINETE DO VEREADOR DR. PORTO (PORTINHO)

Explicou também que o ato de qualificação de uma entidade em OSS não há transferência de domínio, somente permissão de uso e os contratos de gestão firmados com as OSS não poderão ter natureza ou finalidade econômica, mas sim de natureza social e de interesse público. De acordo com o Tribunal de Contas da União, os contratos de gestão com as organizações sociais tem natureza de convênio. Continuando a apresentação, Dr. Flávio falou ainda sobre um estudo realizado pela Revista Exame em que mostra hospitais públicos de excelência, segundo a Organização Nacional de Acreditação (ONA)- modelo de certificação nacional. O estudo destaca que praticamente todos os que são nível três são geridos por OSS, ou seja, quase todos os hospitais públicos com o melhor nível que tem, são geridos por Organizações Sociais. Segundo o presidente do Instituto, no Ceará são dois que são geridos por OSS: o Hospital Regional do Cariri (HRC) - nível três em acreditação- e o Hospital Dr. Waldemar Alcântara (faltando apenas homologar o resultado para ter nível três em acreditação). A UPA do Cristo Redentor, em Fortaleza, é a única acreditada no Brasil. De 11 UPAs que tem em Fortaleza, 9 são geridas pelo ISGH. Depois de apresentar o contexto nacional de saúde, o presidente falou sobre a governança corporativa do Instituto, mostrando o organograma, como funciona o controle de gestão com os conselhos, comissões, auditorias, diretorias, etc. Sobre contratos, Dr. Flávio explicou que são dos dois Tribunais de Contas: do Estado (TCE) e do Município (TCM). Os dois têm direito de avaliar, inclusive o TCU, com recurso do SUS. O Instituto já foi auditado por todos, pela receita, pelo TCU, entre outros. Segundo ele, essas auditorias são boas para o ISGH, pois aumenta a clareza da informação. Eles trabalham muito forte com governança e um dos quadros é a transparência. Dr. Porto sugeriu adiantar a apresentação por conta do tempo e ir direto ao assunto das medicações. Na oportunidade, o vereador Gardel Rolim solicitou que o Dr. Flávio explicasse qual o real papel do ISGH. O vereador Iraguassú Filho também pediu informações sobre quais as atribuições, as responsabilidades do Instituto, como se dá a periodicidade de fornecimento de um material e o critério. Dr. Flávio falou sobre a situação da medicação de um modo geral. Explicou, primeiramente, que o contrato é muito grande e complexo pela maneira que ele é realizado, pois todas as unidades do ISGH tem governabilidade em cada unidade, tem ação tanto assistencial quanto de apoio, de gestão, de aquisição. No caso da Atenção Primária de Saúde (APS), que inclui profissionais de odontologia, enfermagem, médico, toda essa parte não é com o Instituto. O ISGH ficou com a parte de macrogestão de alguns contratos dentro da atenção primária. Cabe ao Instituto gerir três macroprocessos principais, como o abastecimento farmacêutico, o exame de laboratório e a parte de atendimento ao usuário. São várias ações, como a vigilância, a limpeza, o atendimento ao cliente, o sistema de informatização (marcação de consultas, cadastros dos usuários) a ambiência, os medicamentos, entre outras. Em



GABINETE DO VEREADOR DR. PORTO (PORTINHO)

relação a medicamento, o presidente explicou que são várias observações. Primeiro que o nosso país tem muita dificuldade em relação a produção de medicamentos, como por exemplo não produz praticamente nada de antibiótico no nosso país. Se tiver problema lá fora, vai ter problema aqui dentro também. A produção desses laboratórios muitas vezes não cobre a demanda nacional. Outra observação é que o volume da APS é muito grande. O ISGH compra um milhão e meio a dois milhões de Omeprazol por mês e ainda assim tem dificuldade de fornecimento. Se quiser comprar mais barato tem que fazer a solicitação com bastante tempo de antecedência porque existe um *delay*, os grandes produtores de farmácia estão na região sudeste e não nordeste. O Vereador Gardel Rolim complementou a fala do Dr. Flávio explicando que outro problema é que com a crise nacional os produtores de medicamentos não estão mais fazendo a programação atual de produção. Antes eles faziam com estimativa de um ano para o seguinte, e dentro dessa estimativa eles produziam já pra poder colocar no mercado. O vereador Iraguassú perguntou a quantidade de tempo que leva para o medicamento chegar no galpão depois de fazer o pedido. Dr. Flávio respondeu que depende do pedido e de vários processos, se é comprado na fábrica, se é emergencial pelo distribuidor. Se não tiver pronta entrega, ele vai conseguir enviar em torno de 15 a 30 dias. Existem compras programadas para o período de seis meses, que são duas por ano, e existem as diretas que são feitas com maior frequência. O Vereador Iraguassú disse que a Comissão está fazendo visitas aos postos de saúde e a grande reclamação dos usuários é a questão da falta de medicamentos. Isso acontece em quase todos os lugares, portanto a grande preocupação da Comissão é essa. Pelo que estão percebendo é um problema nacional, de produção. Dr. Flávio respondeu que esses problemas são multifatoriais, podem ser diversos. Um dos grandes problemas é o financeiro. Se não tiver recurso, tende a reduzir o medicamento já que não tem como comprar. O vereador Dr. Porto disse que tem notado que alguns postos de saúde têm medicamento e outros não, portanto fez um projeto para que se não tiver um determinado medicamento no posto, que os funcionários saibam por meio de um sistema onde é que tem mais próximo para orientar o paciente com precisão. O vereador perguntou se existe um controle em relação a essa situação. O diretor Leonardo explicou que o procedimento é feito nesse formato de sistema. O ISGH tem um sistema de gerenciamento eletrônico das informações unificadas para todos os contratos da prefeitura, que tem um módulo de administração, onde se controla a entrada e saída dos medicamentos. Essa administração tem que ser feita na sede do ISGH, pois tem alguns fatores a serem analisados, como avaliar as cotas, quantidade de população por comunidade, se teve algum evento atípico naquele determinado local. A própria sede avalia as demandas de todas as unidades, verifica se a cota mensal foi suficiente e quais unidades estão desabastecidas para fazer os



GABINETE DO VEREADOR DR. PORTO (PORTINHO)

remanejamentos. O Vereador Iraguassú perguntou qual o tempo que leva para os medicamentos chegarem aos postos de saúde a partir do momento que chegam no galpão. Dr. Flávio respondeu que tem algumas formas diferentes de distribuição. Nas farmácias polos tem distribuição semanal, são 14 farmácias polos. Para as demais, que são as intermediárias e básicas, tem uma distribuição quinzenal, mas dependendo da importância da representatividade de uma necessidade de um item, pode-se fazer uma rota de 24 horas ou rota extra nas UAPs e CAPs. O Vereador Ziêr perguntou qual o índice de extravio de medicamento. Dr. Flávio respondeu que o que é mensurado dentro dos inventários é quais são as divergências maiores de lote do que de saída. O que alimenta esse mercado é o médico que faz prescrição para o paciente e a receita sendo legítima, o paciente recebe esse item. O paciente só pode pegar medicamento com receita do médico. De acordo com o presidente do Instituto, existem dois tipos, as prescrições internas, que são geradas no próprio Posto de Saúde, onde fica o registro eletrônico do pedido do médico no sistema, e as externas de qualquer outra unidade de saúde pública vinculada ao SUS. O Vereador Ziêr disse que um dos remédios mais fundamentais para quem tem problema de epilepsia é o gardenal de ofila paletal para epilepsia. Perguntou por que é tão difícil de encontrar já que tem baixo custo e falta tanto nos postos. Dr. Flávio explicou que existem outros medicamentos e que há uma dificuldade na cadeia produtiva no nosso país, é a dificuldade de compra com a fábrica, que muitas vezes cancelam a entrega. Há também um outro detalhe que é importante de entender, o limite de preço. Existe uma tabela que tem um preço máximo de aquisição do produto, e não é permitido efetuar compra acima dessa tabela. Acontece muitas vezes de o fabricante coloca um preço acima dessa tabela, isso impede de o Instituto efetuar a compra. Dr. Flávio concluiu dizendo que um dos principais problemas do Brasil é o baixo investimento para a saúde. Para finalizar, o vereador Iraguassú solicitou que a Comissão faça um requerimento para que o ISGH possa mandar o fluxo de medicamento de janeiro de 2015 a dezembro de 2016 com o percentual para que possam ter conhecimento da questão financeira e de produção. Dr. Porto agradeceu a presença dos membros do Instituto e falou sobre a importância e relevância do tema. Dr. Flávio agradeceu novamente pelo convite e disse que está aberto a novos convites. Nada mais havendo a tratar, o presidente Dr. Porto declarou encerrada a Reunião Ordinária e eu, Eligia Cavalcante, levarei a presente ata, que segue assinada por todos os presentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

GABINETE DO VEREADOR DR. PORTO (PORTINHO)

Ver. Dr. Porto (PRTB) - Presidente

Ver. Ziêr Ferrer (PDT) - Vice-presidente

Ver. Dr. Eron Moreira (PP) - Membro

Ver. Gardel Rolim (PPL) - Membro

Ver. Iraguassú Filho (PDT) - Membro

Ver. John Monteiro (PDT) - Membro

Ver. Plácido Filho (PSDB) - Membro



Câmara Municipal de Fortaleza
Coordenadoria das Comissões Técnicas

COMISSÃO DE SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2017 / 2018

REUNIÃO DO DIA 18 Abril 2017

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
DRº. PORTO (Presidente)	PRTB	
ZIÊR FERRER (Vice-Presidente)	PDT	
IRAGUASSÚ FILHO (Membro)	PDT	
DRº. ERON (Membro)	PP	
GARDEL ROLIM (Membro)	PPL	
JOHN MONTEIRO (Membro)	PDT	
PLÁCIDO FILHO (Membro)	PSDB	

MEMBRO SUBSTITUTO	PARTIDO	ASSINATURA

PLETIVO EM EXERCÍCIO DE MANDATO	PARTIDO	ASSINATURA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 18/4/2017.